

A pedagogia da alternância nos cursos de licenciatura em educação do campo do estado de Goiás

 Renata José de Melo^{1a}  Fernanda Welter Adams^{2a}  Simara Maria Tavares Nunes^{3a}

^a Universidade Federal de Catalão - UFCAT, Catalão, GO, Brasil



Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

MELO, Renata José de; ADAMS, Fernanda Welter; NUNES, Simara Maria Tavares. A pedagogia da alternância nos cursos de licenciatura em educação do campo do estado de Goiás. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 72, p. 1-18, e25986, jan./mar. 2025. <https://doi.org/10.5585/2025.25986>

Resumo

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo visa formar professores sensíveis para atuarem com respeito frente às experiências e expectativas da vida no campo a partir de um processo interdisciplinar e baseado em dois espaços/tempos formativos. Neste sentido de Alternância, no Tempo Universidade (TU) os licenciandos participam das aulas e outras atividades acadêmicas na Instituição de Ensino Superior e no Tempo Comunidade (TC) desenvolvem trabalhos em comunidades rurais para se familiarizarem com seu futuro campo de atuação, as escolas do campo. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como a formação por Alternância tem sido contemplada nos Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado de Goiás. Os dados foram construídos a partir da Análise Documental dos PPP; estes, por sua vez, foram analisados a partir da metodologia da Análise Textual Discursiva, definindo-se categorias a posteriori. Os PPP dos Cursos apresentaram como objetivos a formação de professores de Ciências da Natureza aptos a promover o contato dos licenciandos dos Cursos com os conhecimentos científicos a partir da valorização da cultura e conhecimentos do campo. Apresentam formas diferentes de organizar a Alternância, mas com um mesmo objetivo, promover ações que vão permitir aos futuros professores relacionarem a teoria com a prática. Portanto, a formação mediante a Alternância tem muito a contribuir com a formação dos professores do campo.

Palavras-chaves: educação do campo; formação docente; projeto político pedagógico; tempo comunidade; tempo universidade

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (2018), habilitação em Ciências da Natureza na Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. renatacity@hotmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). adamswfernanda@gmail.com

³ Doutora em Ciências (2003) - Área de Concentração Química - pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão. simara_nunes@ufcat.edu.br

The pedagogy of alternation in rural education degree courses in the state of Goiás

Abstract

The Degree Course in Rural Education aims to train sensitive teachers to act with respect for the experiences and expectations of rural life through an interdisciplinary process based on two formative spaces/time periods, according to the principle of Alternation. In this sense of Alternation, during University Time (TU) the undergraduates attend classes and other academic activities at the Higher Education Institution and during Community Time (TC) they work in rural communities to familiarize themselves with their future field of work, the rural population and the respective rural schools. The aim of this study is therefore to analyze how training through Alternation has been included in the Political Pedagogical Projects (PPP) of Degree Courses in Field Education/Nature Sciences in the state of Goiás. The data was constructed from the documentary analysis of the PPPs, which, in turn, were analyzed using the Textual Discourse Analysis methodology, defining categories a posteriori. Courses' PPP presented as objectives to train teachers (Course graduates) of natural sciences who would be able to promote contact between rural students and scientific knowledge, based on valuing their culture and knowledge. Therefore, training through alternation has a lot to contribute to the training of rural teachers.

Keywords: rural education; training; PPP; community time; university time

La pedagogía de la alternancia en los cursos de grado de educación rural en el estado de Goiás

Resumen

La Carrera de Licenciatura en Educación Rural tiene como objetivo formar docentes sensibles para actuar con respeto a las vivencias y expectativas de la vida rural a través de un proceso interdisciplinario basado en dos espacios/tiempos formativos, según el principio de Alternancia. En este sentido de Alternancia, durante el Tiempo Universitario (TU) los estudiantes de licenciatura asisten a clases y otras actividades académicas en la Institución de Educación Superior y durante el Tiempo Comunitario (TC) trabajan en comunidades rurales para familiarizarse con la población rural y sus futuro campo de trabajo, las escuelas rurales. El objetivo de este estudio es, por lo tanto, analizar cómo la formación por Alternancia ha sido incluida en los Proyectos Político Pedagógicos (PPP) de los Cursos de Licenciatura en Educación de Campo/Ciencias de la Naturaleza en el estado de Goiás. Los datos se construyeron a partir del análisis documental de los PPP, que sucesivamente se analizaron mediante la metodología de Análisis Textual del Discurso, definiendo categorías posteriormente. Los objetivos de los PPP del curso eran formar profesores de ciencias naturales capaces de promover el contacto de los alumnos rurales (Graduados del curso) con el conocimiento científico, valorizando su cultura y sus saberes. Por lo tanto, la formación por alternancia tiene mucho que aportar a la formación de profesores rurales.

Palabras clave: educación rural; formación; PPP; tiempo comunitario; tiempo universitario

Introdução

A Educação do Campo marca um processo de luta pelo direito à educação, mas também pelo direito à terra, à valorização da cultura e dos saberes das pessoas que vivem nesse espaço. Portanto, o “campo como um espaço de produção de conhecimentos a partir da sua singularidade, sobretudo, um espaço ocupado por sujeitos que produzem nele a sua existência” (Moraes, 2018, p. 70). Como salienta Bicalho (2018), o campo é um lugar de resistência e luta pela terra, essencial para repensarmos as políticas públicas educacionais destinadas à infância, aos jovens e adultos do campo. Segundo Caldart (2004), o movimento por uma educação do campo se vincula a outras lutas em favor de transformações que garantam melhores condições de vida para a população camponesa. Camponeses estes que têm seus direitos negados de trabalho e de Educação. Um marco nessa luta foi a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições de Ensino Superior.

Um dos diferenciais dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo é a formação baseada em dois espaços/tempos formativos, ou seja em Alternância. Sendo assim, o Curso é organizado a partir da Alternância em dois momentos que se alternam ao longo dos semestres e do Curso, o Tempo Comunidade (TC), no qual se propicia o contato dos licenciandos com as comunidades, escolas e estudantes do Campo e o Tempo Universidade (TU), no qual se discutem os saberes teóricos/acadêmicos que possam embasar as experiências práticas na comunidade. Tal organização pode permitir aos professores em formação associarem o conhecimento teórico / acadêmico com a prática / realidade campesina.

Estas são, portanto, as especificidades do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, de maneira a propiciar uma formação de professores alinhados às demandas e anseios dos povos do campo. Segundo Molina e Freitas (2011) a Educação do Campo se origina no processo de luta dos movimentos sociais camponeses, e traz, de forma clara, uma intencionalidade maior de construção de uma sociedade sem desigualdades, em busca de justiça social. Nesse sentido, a Educação do Campo se configura no cenário da educação brasileira como um processo em constante transformação, de forma a considerar as particularidades presentes no campo e, conseqüentemente, permear o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo (Melo; Adams; Nunes, 2020).

Observando -se as especificidades da Educação do Campo, surge, então, a necessidade de uma forma de trabalhar que levasse em consideração tais demandas dos sujeitos do campo. Begnami (2019) destaca que a demanda era por uma escola diferenciada, que atendesse às

necessidades da vida no campo, da sua cultura, da sua forma de produção da existência. Neste sentido, a Pedagogia da Alternância é uma modalidade educacional apropriada às especificidades das pessoas do campo e encontra-se presente em vários contextos educativos, tais como escolas federais, movimentos sociais, dentre outros (Costa; Rodrigues, 2019).

Ainda segundo Begnami (2019), a identificação dos agricultores brasileiros com a Alternância também evoca esse sentido da busca por outra escola, diferente da escola rural ou do modelo de escola hegemônica da cidade, que eles conhecem e que nela não se sentem parte, não vêem sentido nela para sua realidade; portanto, as práticas da Pedagogia da Alternância sempre foram avaliadas como emergências alternativas inovadoras, apropriadas à realidade do campo (Begnami, 2019). O autor, em seus estudos, demonstra que a Pedagogia da Alternância se mostra como um meio pelo qual se intenciona alcançar os pilares fins da formação humanizadora proposta pela Educação do Campo:

Ela oportuniza aos trabalhadores camponeses o acesso à Educação Básica no campo e à Educação Superior, mantendo sua permanência no campo, enquanto estudam, desenvolvendo estudos que dialogam com sua cultura, sua realidade, fortalecendo sua organização social e política, legitimando seus saberes e construindo novos saberes que venham fortalecer suas lutas. Estas constatações atestadas pelos próprios estudantes, levam-nos a inferir a Alternância como uma Pedagogia Social de Inclusão da classe trabalhadora camponesa à Educação Superior como um direito humano, rompendo com o paradigma da exclusão e subordinação, reservado às funções da escola capitalista (Begnami, 2019, p. 286).

Deste modo, observa-se a Alternância como uma possibilidade de acesso à Educação básica e superior, mas com a manutenção do vínculo com o campo e o diálogo com esta realidade. Assim, a Alternância tem se constituído na principal pedagogia organizadora da Educação do Campo no Brasil mediante as iniciativas pensadas em sua maioria pelos movimentos sociais e, mais recentemente, por algumas iniciativas do poder público, seguramente por meio da articulação dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo (Santos, 2012). Nesse sentido, observa-se que:

A prática pedagógica da alternância se aproxima de uma proposta popular de educação por considerar os conhecimentos das famílias camponesas, dos educandos e das comunidades e por se constituir de espaços provocadores de diálogos possíveis entre o exercício didático pedagógico de valorização dos diferentes saberes e conhecimento que as pessoas possuem e reelaboram dentro da escola, fora da escola e no interstícios da escola (Caliari, 2013, p. 269).

Posto isso, percebe-se que a Alternância propicia que se leve em conta o conhecimento da pessoa do campo, seus saberes populares e sua cultura, no processo de ensino e aprendizagem, de forma a valorizá-los, o que acaba por motivar este sujeito para a busca do conhecimento científico em prol da compreensão de sua realidade e em prol da troca de saberes

populares – acadêmicos para a busca de soluções de problemas reais. A Pedagogia da Alternância propõe o rompimento com a dicotomia entre teoria e prática, com a visão fragmentada dos processos de aprendizagem, e busca reaver a ligação entre trabalho e educação como uma oportunidade aos sujeitos de se inserirem em processos de emancipação humana (Ferreira; Souza; Lima, 2020). É um sistema pedagógico que organiza o ensino de forma a agregar diferentes experiências de cunho formativo, em espaços e tempos diferentes, porém articulados com a finalidade de formação integral (Piatti; Oliveira, 2019). O propósito é basicamente romper com a fragmentação do conhecimento e proporcionar o contato do futuro educador do campo com a teoria e a prática de uma forma reflexiva, associando esses com os conhecimentos próprios do campo, sua realidade e seus desafios e demandas reais.

Os autores ainda destacam que a organização curricular de uma Licenciatura em Educação do Campo na modalidade de Alternância supera a visão fragmentada das disciplinas e privilegia a articulação entre elas, possibilitando que os professores de diferentes áreas sintam-se comprometidos e responsáveis pelo ensino em sua totalidade, atuando por meio do diálogo para que as áreas de conhecimento não sejam apresentadas isoladas, mas articuladas entre si, com possibilidades de diálogos entre os professores e os alunos de diferentes comunidades/territórios (Piatti; Oliveira, 2019).

Sendo assim, percebe-se o diferencial de uma formação inicial docente tendo como um dos princípios, a Alternância. Acredita-se que a vivência da Alternância permite relacionar a teoria com a prática, integrando Tempo Universidade e Tempo Comunidade de forma a promover uma formação inicial docente conectada com a realidade dos sujeitos do campo, suas demandas e desafios reais.

Nesse sentido, Caldart (2004) aponta que para formar professores para o campo o desafio formativo é não apenas integrar estes conhecimentos ao currículo escolar, mas, também, possibilitar que as contradições vividas por estes sujeitos em seus contextos possam, a partir da Universidade, converter-se em projetos, alternativas, proposições, não para que sejam resolvidos pela escola, mas que esta possa ter como sua função social discutir, posto que são parte deste processo social as contradições no campo ou na cidade. Segundo Menezes Neto (2011, p. 34), os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo “devem incrementar o diálogo entre os vários saberes, incentivando, sempre com respeito, os saberes presentes em todas as culturas, seja a tradicional ou a técnico-científica”. Dessa forma, se reconhece a Pedagogia da Alternância como um espaço rico de formação para os Licenciandos da Educação do Campo,

propiciando a estes a oportunidade de articular a teoria acadêmica com a prática do mundo campestre e suas demandas sociais, econômicas, ambientais, educativas e assim por diante.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar como a formação por Alternância tem sido contemplada nos Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza do Estado de Goiás.

Metodologia

O presente artigo apresenta dados de um trabalho de mestrado⁴ concluído, desenvolvido mediante uma pesquisa do tipo qualitativa. Bicudo (2021) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com a visão de realidade como uma totalidade orgânica de forças que se movimentam em uma fluidez dinâmica, em constante tornar-se e que se expõe no movimento do seu sendo. A realidade é vista como sempre escapando à pessoa investigadora, se esta quiser olhá-la de modo objetivo (Bicudo, 2021).

A pesquisa foi desenvolvida nos dois Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado de Goiás, quais sejam, o da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e o da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás (UFG/RG), envolvendo a análise documental dos Projeto Político Pedagógicos (PPP) destes Cursos.

Moreira (2005) destaca que a análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. Assim, a partir da análise dos PPP se buscou contextualizar os Cursos investigados. Segundo Adams (2018), o PPP do Curso é um documento que permite ter uma visão histórica, social e cultural de como o Curso de Licenciatura se organiza (Adams, 2018; 2020).

O objetivo de analisar os PPP dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo participantes da pesquisa foi o de conhecer sua organização curricular, verificando como estes documentos apresentam a Alternância e sua possível contribuição para a formação dos futuros professores do campo. Assim, analisou-se os aspectos gerais da organização/criação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado de Goiás, os objetivos do Curso, o perfil do egresso, a organização e a estrutura curricular, incluindo-se as disciplinas, dentre outros aspectos. Para isso, foi realizada a leitura e análise na íntegra dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos Cursos analisados.

⁴ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão, via Plataforma Brasil, no mês de maio de 2021, sendo esta aprovada no mês de setembro sob n°: 46954721.6.0000.8409, Parecer: 5.036.923.

Acredita-se que o projeto que orienta um curso como o de Educação do Campo deve ser político, pois se trata de um Curso de Educação Popular, que surge a partir de uma história de luta e conquista associada aos Movimentos Sociais que apresentam a Educação com o viés político, uma vez que educam pela ação e organização coletiva na busca de transformar a sociedade (Dalmolin, 2020). Portanto, este deveria ser regido por um PPP.

Os PPPs foram lidos na íntegra e analisados com base na Metodologia da Análise Textual Discursiva, que segundo Moraes e Galiazzi (2016), é uma metodologia de análise de informação de natureza qualitativa que tem o objetivo de produzir novas compreensões sobre textos e discursos.

A Análise Textual Discursiva pode ser entendida como o processo de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar os enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizado como base de sua construção o sistema de categorias construído (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 134).

Assim, a partir das etapas de Unitarização, compõe um momento de desmontagem dos textos, em que o pesquisador é quem decide em que medida fragmentará o corpus, resultando em unidades de maior ou menor extensão, Categorização, onde as categorias criadas constituem os elementos de organização do texto a ser escrito, ou seja, é a partir delas que serão produzidas as descrições e interpretações das compreensões surgidas durante a análise (Adams, 2018; 2020), para essa etapa se utilizou o método indutivo, pois por mais que se partisse de pressupostos teóricos iniciais, as categorias foram organizadas por meio da comparação entre as unidades de significado que surgiram durante a desmontagem dos textos. Por fim, temos a escrita de Metatextos, no qual textos foram criados por meio da relação entre as unidades de significados, o referencial teórico e a interpretação das pesquisadoras.

Destaca-se que neste trabalho apresenta-se uma das categorias que compõem a pesquisa de mestrado, qual seja, “A Pedagogia da Alternância e a matriz curricular dos Cursos”, que é apresentada a seguir.

Resultados e discussões

Neste trabalho, a Alternância foi analisada a partir dos estudos da Matriz Curricular dos dois Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado de Goiás. Ambos os Cursos apresentam uma Carga Horária de 3200 horas, divididas em 8 semestres letivos, organizados em Regime de Alternância. Ao longo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da

UFG/Regional Goiás, observa-se que são ofertadas um total de 61 disciplinas que vão permitir desenvolver a Pedagogia da Alternância. Destas, o total da carga horária para o Tempo Universidade (TU) é de 2240 horas e para o Tempo Comunidade (TC) são de 656 horas, uma porcentagem de 70% e 30%, respectivamente. No quadro 1 é apresentada a quantidade de horas de cada TC e TU por período.

Quadro 1 - Distribuição da Carga Horária entre TU e TC no Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFG/RG

Período	Carga horária TU	Carga Horaria TC	Carga horária TOTAL
1º Período	256	64	320
2º Período	256	64	320
3º Período	256	64	320
4º Período	288	64	352
5º Período	320	100	420
6º Período	288	100	388
7º Período	320	100	420
8º Período	258	100	356
Total	2240	656	3200
Porcentagem	70 %	30 %	100%

Fonte: PPP/UFG/RG (2017).

Avista-se que entre o 1º e 4º períodos são destinadas 64 horas para o TC e já nos períodos seguintes essa carga horária aumenta para 100 horas. Ao se analisar a matriz curricular e o ementário foi possível se observar que o TC é trabalhado a partir de disciplinas e estas são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição com carga horária do Tempo Comunidade no Curso de Licenciatura em Educação do Campo / UFG / RG

Disciplina	Período/ Núcleo/ Natureza	Carga Horária	Ementa
Experiência compartilhada I (Tempo Comunidade)	1º obrigatória	32 teóricas 32 práticas	Elaboração de memorial e Caderno de Realidade; Caracterização da comunidade a partir de tema transversal consonante com o Tempo Universidade; Definição do conceito de Tempo Comunidade; Métodos de pesquisa (Pesquisa Ação e Participante).
Experiência compartilhada II (Tempo Comunidade)	2º Obrigatória	32 teóricas 32 práticas	Planejamento de ação e intervenção; Levantamentos orientados das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da comunidade.
Experiência compartilhadas III (Tempo Comunidade)	3º Obrigatória	32 teóricas 32 práticas	Elaboração de recursos didáticos para execução das ações planejadas no TC II; Reflexão metodológica das ações planejadas; Organização coletiva.

Disciplina	Período/ Núcleo/ Natureza	Carga Horária	Ementa
Experiência compartilhada IV (Tempo Comunidade)	4º Obrigatória	32 teóricas 32 práticas	Implementação do projeto desenvolvido; Realização das ações metodológicas planejadas durante o TC I, II e III; Reflexão e Reelaboração do Memorial.
Estágio Supervisionado I	5º Obrigatória	50 teóricas 50 práticas	Observação e análise da estrutura e vivência dos processos de gestão e coordenação na escola. Reflexão dos aportes teóricos e práticos da atuação docente na gestão escolar a partir do campo de estágio e das teorias da educação.
Estágio Supervisionado II	6º Obrigatória	50 teóricas 50 práticas	Observação e vivência de processos de ensino na sala de aula. Semi-regência como apoio ao professor supervisor. Reflexão dos aportes teóricos e práticos da atuação docente em sala de aula a partir do campo de estágio e das teorias da educação.
Estágio Supervisionado III	7º Obrigatória	50 teóricas 50 práticas	Iniciação à regência e continuidade dos processos de semi-regência como apoio ao professor supervisor. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade da sala de aula e do cotidiano escolar. Os temas transversais e seu potencial na articulação entre os conhecimentos de mundo, do desenvolvimento científico tecnológico, da cultura e da vida em sociedade.
Estágio Supervisionado IV	8º Obrigatória	50 teóricas 50 práticas	Regência e semi-regência. O livro didático, sua relação com o contexto da sala de aula e os temas transversais. As trocas de experiências no estágio e sua sistematização.

Fonte: PPP/UFG/RG.

Na UFG/RC as disciplinas que representam o TC nos quatro primeiros semestres são chamadas de Experiência Compartilhada I, II, III e IV, que são disciplinas que propõem a discussão sobre a definição de Alternância e TC num primeiro momento, para em seguida propor uma análise da realidade do campo para que os licenciandos planejem ações e executem intervenções nas comunidades, bem como a socialização das ações desenvolvidas. A partir do terceiro semestre, os licenciandos já começam a elaborar recursos didáticos e os colocam em prática na quarta disciplina de Experiência Compartilhada. Segundo as ementas, são propostas atividades de planejamento, ação e intervenção em tais disciplinas que representam o TC, bem como a reflexão sobre as ações realizadas.

A partir do quinto semestre, o Tempo Comunidade ocorre a partir dos componentes curriculares Estágios Supervisionados I, II, III e IV, quando os licenciandos vão observar e vivenciar processos de ensino em sala de aula. Ou seja, é o momento destes vivenciarem a profissão docente em turmas da Educação do Campo. Ainda com relação ao TC na UFG/RG, o documento apresenta que é nesses momentos que os licenciandos vão promover o

desenvolvimento do plano de trabalho. Este consiste em uma pesquisa de campo, sob orientação dos professores de forma interdisciplinar, que é elaborada a cada TC de acordo com o andamento das disciplinas no curso e a realidade de cada turma. Dessa forma, acredita-se que na busca da interdisciplinaridade, como é citado pelo documento, não seria interessante que houvesse disciplinas específicas para o TC, mas que este fosse desenvolvido pelo conjunto de disciplinas e professores, em um coletivo pedagógico.

A partir do que é apresentado no documento, na Alternância o Curso (UFG/RG) vai buscar uma relação entre teoria e prática por meio do contato do licenciando com a comunidade. Mas, é preciso questionar se essa perspectiva interdisciplinar realmente ocorre na prática a partir de disciplinas específicas e se de fato há uma equipe interdisciplinar de professores responsáveis pelo acompanhamento do TC e suas atividades. A própria representação do TC em disciplinas específicas parece não favorecer esse arranjo interdisciplinar. A partir do PPP e dos ementários, tais conclusões não são possíveis de serem realizadas, se mantendo a dúvida da organização do TC.

Por outro lado, Leandro, Melo e Munhae (2020) destacam que a atuação na comunidade como parte intrínseca da carga horária de formação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo propicia ao licenciando ir além da aprendizagem do ser professor, repensando as formas de organização da escola e da comunidade e mobilizando os diferentes agentes para um processo de transformação em benefício dos sujeitos do campo. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFG/RG parece buscar esse aprendizado tanto na comunidade do campo quanto nas escolas do campo. Porém, fica a observação de que não é possível se analisar se há um processo interdisciplinar de acompanhamento do TC dentro do próprio Curso, por todos os docentes formadores.

No tópico denominado no PPP/UFG/RG de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, cita-se novamente que o curso se organiza com base na Pedagogia da Alternância, sendo citado que no TU e TC são realizadas atividades didáticas curriculares e extracurriculares, demonstrando a sua relação com o ensino, mas sem especificar como se dará tal articulação. Com relação ao âmbito da extensão, observa-se que pouco se relaciona com a Alternância, sendo que o documento cita apenas a questão do desenvolvimento de atividades em consonância com as comunidades, mas este não especifica ou cita algum projeto desenvolvido nesse âmbito. Apesar disso, parece transparecer que a especificidade de ações de extensão, quais sejam, as trocas de conhecimentos entre a Universidade e a Comunidade, são garantidas nesta organização proposta de articulação Universidade - Comunidade.

Para a UFG/RG, TU e TC aparecem fortemente na relação com a pesquisa, sendo que o documento cita que a Alternância é um instrumento que encadeia os conhecimentos apreendidos no TU e revistos no TC. Mais uma vez, não há dados nos documentos que possam assegurar que tais assertivas se configuram na prática.

Quanto aos estudos de realidade que são desenvolvidos durante todo o percurso do TC, parece que essa modalidade permite que os docentes formadores se aproximem mais da realidade dos alunos e oportuniza que os discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFG/RG apreendam os parâmetros e o rigor científico na análise de suas realidades, além de propiciar a elaboração de novos conhecimentos. Acredita-se que a relação entre a pesquisa e a extensão durante a realização do TC é de suma importância para o desenvolvimento do futuro licenciando, e corroboramos com Bicalho (2018, p. 223-224) que afirma:

A formação dos educadores está atrelada à defesa de projetos político-pedagógicos (PPP) emancipadores nas universidades, na centralidade do conflito de ideias e nos valores de uma nova sociedade, considerando suas histórias de vida, memórias, construção coletiva, lutas por reconhecimento identitário e novas formas de coesão social. A formação político pedagógica pode envolver educadores e educandos das escolas do campo em assentamentos, acampamentos e territórios quilombolas, respeitando os aspectos culturais vivenciados pela mística e a luta pela terra, além dos valores da solidariedade e da ética presentes nas atividades da educação do campo. Entendemos que as licenciaturas em educação do campo nas universidades públicas, com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, formação por área de conhecimento e pedagogia da alternância, podem ressignificar vidas, costumes, conceitos e histórias.

Assim, acredita-se que o TC se apresenta como uma possibilidade de realização de atividades de extensão, de forma a atender demandas das comunidades visitadas, mas numa proposta dialógica de troca de conhecimentos entre a Comunidade e Universidade, conforme princípios da extensão e da Alternância, de troca de saberes populares e acadêmicos. Desta forma, licenciandos e professores formadores se apropriam da realidade do campo e seus sujeitos, e, a partir desta troca de conhecimentos, realizam um processo de ação - reflexão - ação. Mas sempre em diálogo e trocas com os estudantes e comunidades do campo. Para Carbonari e Pereira (2007), o grande desafio da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade. O modelo de extensão consiste em trocas de conhecimento com a sociedade, levando contribuições que visam aproximar Universidade e Comunidade de maneira que uma instância contribui com a outra de forma dialógica.

Já no PPP/UFCAT observou-se um total de 50 disciplinas que são ofertadas ao longo dos oito semestres letivos do curso, totalizando-se também 3.200 horas. Segundo o Regulamento que institui o Regime de Alternância no Curso da UFCAT (Documento elaborado em 2016), o TU corresponde a 75% da carga horária total do Curso e o TC a 25% desta. Segundo este Regulamento: “O Tempo-Comunidade, caracterizado por estudo, pesquisa e formação no campo, deve problematizar a vida do homem/mulher do campo. Os movimentos pedagógicos podem ser realizados no local de moradia e trabalho do educando e deverá ser continuamente acompanhado”. Sendo assim, 25% da carga horária das disciplinas do Curso são destinadas à problematização da vida no campo e da Educação do Campo. Portanto, diferentemente da UFG/RG que possui disciplinas específicas para representar a questão do TC, o PPP/UFCAT define que se realize o TC e se problematize as demandas das comunidades do campo, inclusive e principalmente as educacionais, em todas as disciplinas do Curso, de forma atrelada às discussões do Tempo Universidade.

Neste documento consta ainda em cada período uma disciplina denominada de Seminário de Integração (I a VIII), que possui carga horária de 16 horas cada. A ementa desta componente se define como: “O ensino, pesquisa, extensão e cultura compartilhados e em colaboração com os membros da comunidade. Atividade flexível, em observância à dinâmica de Alternância Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade”. O PPP/UFCAT regulamenta que se deve fazer a “articulação à todas as disciplinas de cada semestre no Seminário de Integração e nas atividades a serem desenvolvidas no Tempo Comunidade todo semestre” (PPP/UFCAT, 2017, p. 17). Assim, acreditamos que essa é uma organização que vai de acordo com o que é postulado pela Alternância, permitindo a articulação entre o conhecimento construído e a realidade do campo, de forma interdisciplinar e dentro do conjunto de disciplinas do semestre. Acredita-se que o Seminário de Integração possa propiciar essa melhor articulação entre o TC e o TU. Mas, também neste caso, não se pode concluir que na realidade concreta, tal assertiva se dê de fato.

O Regulamento de Alternância da UFCAT ainda apresenta que a articulação entre Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade deve ser pensada na perspectiva interdisciplinar, objetivando atender à habilitação em Ciências da Natureza. E, em seu Art. 3º, afirma que: “cada período, no que tange a estrutura Tempo-Comunidade, é orientado por um eixo integrador correspondente às seguintes orientações formuladas no PPP”:

- a) Primeiro Período - consiste no reconhecimento por parte do estudante da realidade em que vive em âmbito local, regional e nacional.
- b) Segundo Período - pauta-se no estabelecimento de relações entre a realidade, o conteúdo científico estudado e o levantamento de demandas para aprofundamento.
- c) Terceiro ao Sexto Período - configura-se espaço dedicado a aliar o conhecimento biológico, físico e químico à realidade da comunidade.
- d) Sétimo e Oitavo Período - aprofundamento da questão transdisciplinar e interdisciplinar na educação e no ensino de ciências da natureza (PPP/UFCAT, 2017, pg. 8).

Sendo assim, o PPP da UFCAT e seu Regimento da Alternância levantam eixos integradores ao longo da organização do TC, buscando o reconhecimento da realidade, a relação conhecimento científico - realidade do campo, no sentido de se chegar à interdisciplinaridade e a relação teoria e prática. Mais uma vez, são apenas suposições, pois apenas a partir das definições presentes neste documento não é possível apreendermos sobre a sua implementação de fato na realidade do Curso.

Com relação à Integração ensino, pesquisa e extensão, o documento apresenta que na extensão o curso procura estabelecer alternativas para a execução de ações voltadas à Educação do Campo, organização e colaboração nas comunidades do campo, fomento à economia solidária e aos modos de produção cooperativos, desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos naturais (PPP/UFCAT, 2017, p. 24), mas sem especificar questões relacionadas à pedagogia da Alternância. Porém, percebe-se em tais ações, campo fértil para a atuação dos licenciandos junto à Comunidade do Campo durante o TC. No campo da pesquisa o documento também não faz relação com a Alternância, ou seja, não cita ações que são desenvolvidas para promover essa relação, ou seja, não citam pesquisas realizadas pelo corpo docente acerca da temática Alternância, o que não significa que não ocorram.

Ainda, observou-se que o documento cita o TU e o TC como partes integrantes do processo avaliativo, sendo que o documento afirma que as práticas avaliativas do educando no Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade devem ser compreendidas dentro de um processo sistemático, acumulativo e participativo do acompanhamento de todos os tempos (PPP/UFCAT, 2017). Tais citações demonstram que o Curso da UFCAT relaciona aspectos da Pedagogia da Alternância também com os processos formativos dos licenciandos ao valorizar também o TC para a composição dos processos avaliativos.

De forma geral, observou-se que os cursos estudados buscam na Pedagogia da Alternância uma possibilidade de interação com a realidade, a partir do diálogo entre a teoria apreendida em sala de aula (conhecimentos acadêmicos) e a prática exercitada no TC (conhecimentos/culturas das comunidades), demonstrando a sua concordância com os

referenciais teóricos que discutem a temática. Ainda, podemos observar que os Cursos investigados possuem semelhanças e diferenças que são sintetizadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Semelhanças e diferenças dos cursos de licenciatura em educação do campo do estado de Goiás

Semelhanças entre os cursos investigados	Diferenças entre os cursos investigados
Os dois cursos foram criados a partir do mesmo Edital e tiveram início no mesmo ano /semestre (2014/1), além de semelhanças na forma de ingresso dos licenciandos e igual carga horária. Ambos possuem habilitação em Ciências da Natureza.	Tem diferentes quantidades de disciplinas ofertadas, sendo que no curso de UFG/RG são ofertadas um total de 61 disciplinas e na UFCAT um total de 50 disciplinas
Ambos dão indícios de que se localizam em cidades com princípios da Educação do Campo, ou seja, ambos citam a relevância do Curso para a região onde se encontram, citando a existência de Escolas do Campo na região.	Apenas a UFG/RG cita a existência de uma história de luta pela terra em seu território de atuação
Ambos discutem os princípios da Educação do Campo, de buscar formar um profissional para interagir e transformar o campo a partir da discussão dos conteúdos de Ciências da Natureza, ou seja, valorizam a formação de professores a partir dos saberes do campo	Diferentemente da UFG/RG que possui disciplinas específicas para promover o TC, o PPP/UFCAT define que se conduza o TC em todas as disciplinas do Curso, de forma atrelada às discussões do Tempo Universidade
Ambos são organizados a partir da formação por Alternância (TC, TU) de maneira a articular Universidade e Comunidade	Organizam o TU e TC de formas diferentes
Ambos citam a interdisciplinaridade, a formação por área de conhecimento e a Alternância como princípios basilares do Curso	UFG/RG possui 30% de carga horária destinada para as atividades de TU enquanto a UFCAT possui 25%
Ambos buscam promover a relação entre teoria e prática a partir da formação por Alternância (TU e TC)	A UFCAT afirma que as atividades do TC são avaliadas e compreendem 25% da nota disciplinar
Ambos reforçam a importância de se valorizar os saberes/culturas dos estudantes do campo a partir de sua relação com as comunidades e a imersão dos licenciandos nas Escolas do Campo	
Ambos apresentam a relação entre ensino, pesquisa e extensão	
Ambos possuem 3200 horas	

Fonte: Produção própria a partir da análise dos PPP (2022).

Por meio da análise dos PPP dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado de Goiás, observou-se que mesmo estes sendo originados do mesmo Edital, com início no mesmo ano/semestre, apresentam diferenças na sua organização, mas com o mesmo objetivo, o de formar com qualidade professores sensíveis à luta dos camponeses para atuarem no campo, a partir de um PPP de Educação libertadora, em consonância com os princípios da Educação do Campo. Para isso, propõem a organização do Curso em Alternância entre TU e TC, buscando assim articular a teoria e prática e proporcionar aos licenciandos a leitura da realidade do campo e das escolas do campo, de forma que se tornam atentos às demandas dos sujeitos do campo para sua vida e Educação.

Considerações finais

Esta pesquisa nos permitiu observar que a conquista da Educação do Campo e dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo por meio dos Movimentos Sociais se mostra de grande importância para os povos e estudantes do campo, pois a partir de uma Educação do Campo poderão ter as suas especificidades garantidas. A conquista dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas cidades de Goiás e Catalão se mostram em consonância com os princípios da Educação do Campo, uma vez que são cidades que possuem forte apelo agrário e mais, possuem diversos assentamentos e comunidades rurais, de forma que precisam lutar pela garantia e permanência das Escolas do Campo nesses espaços, e a existência do referido Curso tem muito a contribuir com isso.

A análise dos PPP dos Cursos nos permitiu observar que estes possuem como objetivo formar professores de Ciências da Natureza aptos a promover o contato dos alunos do campo com os conhecimentos científicos a partir da valorização da sua cultura e conhecimentos, além de estarem de acordo com os princípios da Educação do Campo, ou seja, se organizam em dois espaços/tempos formativos, quais sejam, o TU e o TC, de forma a permitir aos licenciandos o contato com a realidade do campo e os sujeitos do campo.

Portanto, é evidente nos PPP dos dois Cursos investigados que os documentos propõem a formação de futuros professores antenados com a realidade do campo e aptos a trabalhar em uma perspectiva emancipatória e para a transformação da realidade social do campo. Além disso, nos textos é visível a tentativa de se valorizar como princípio os saberes/culturas dos estudantes do campo a partir da relação com as comunidades e a imersão dos licenciandos nas escolas do campo a fim de que compreendam a escola do campo na sua totalidade.

Ainda foi perceptível por meio da análise dos PPP as diferenças na forma de organizar a formação por Alternância; ambos os Cursos possuem uma carga horária total de 3200 horas, divididas em 8 semestres letivos, mas com diferenças desde o número de disciplina até a organização da Alternância.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFG/RG são ofertadas 61 disciplinas que vão permitir desenvolver a Alternância, totalizando assim, uma carga horária para o TU igual a 2240 horas e para o TC 656 horas, o que corresponde a uma porcentagem de 70% e 30%, respectivamente. Ainda neste Curso, nos primeiros quatro períodos são destinadas 64 horas para o TC, que se faz presente nas disciplinas Experiência Compartilhada I, II, III e IV, que propõem a discussão sobre a definição de Alternância e, portanto, uma forma de aproximar os licenciandos da proposta do Curso, o que consideramos de relevância para que

estes compreendam os objetivos da Alternância e possam aproveitar da mesma para se apropriarem de diferentes conhecimentos. Em seguida, estas disciplinas propõem uma análise da realidade do campo para que os licenciandos possam planejar ações e executarem intervenções nas comunidades, bem como a socialização das ações desenvolvidas.

A partir do quinto semestre, a carga horária aumenta para 100 horas e o TC ocorre a partir do componente curricular Estágios Supervisionados I, II, III e IV, quando os licenciandos vão observar e vivenciar processos de ensino em sala de aula.

Já no PPP da UFCAT observou-se um total de 50 disciplinas de forma que TU corresponde a 75% da carga horária total do Curso e o TC a 25% desta, porcentagem utilizada tanto na organização do tempo quando na avaliação. O PPP da UFCAT e seu Regimento da Alternância levantam eixos integradores ao longo da organização do TC, buscando o reconhecimento da realidade, a relação conhecimento científico - realidade do campo, no sentido de se chegar à interdisciplinaridade e à relação teoria e prática.

Assim, os mesmos apresentam formas diferentes de organizar a Alternância, mas com um mesmo objetivo, promover ações que vão permitir os futuros professores relacionarem a teoria com a prática e assim conhecerem a realidade e os saberes dos povos do campo.

Nota dos autores:

Conflito de interesse: Os autores não declararam quaisquer potenciais conflito de interesse.

Autor correspondente – Fernanda Welter Adams. adamswfernanda@gmail.com

Agradecimentos a FAPEG pelo financiamento

Agência Financiamento: FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

Número do Financiamento: 202110267000481

Referências

ADAMS, Fernanda Welter. **Docência, Formação de Professores e Educação Especial nos Cursos de Ciências da Natureza**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

ADAMS, Fernanda Welter. A percepção de professores de ciências frente aos desafios no processo de ensino e aprendizagem de alunos público alvo da educação especial. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3895/actio.v5n3.11519>

BEGNAMI, João Batista. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo**: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BICALHO, Ramofly. Reflexões sobre o Procampo – programa de apoio à formação superior em licenciatura em educação do campo. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 45, p. 221-236, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n45.7783>.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A lógica da pesquisa qualitativa e os modos de procedimentos nela fundados. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 9, n. 22, p. 540–552, 2021. DOI: 10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.507. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/507>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Educação**, Campinas, v.1, nº1. p. 23-28, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALIARI, Rogério Omar. **A presença da família camponesa na escola família agrícola: o caso de Olivânia**. 2013. 563 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

COSTA, Odaleia Alves da; RODRIGUES, Anny Camila Lima. Mapeamento da produção científica na BDTD do IBICT sobre a Pedagogia da Alternância de 2011 a 2018. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 4, p. e7257, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7257>

DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira. À sombra deste Jacarandá: articulações entre Ciências da Natureza e Educação do Campo na formação docente. 263 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, 2020.

FERREIRA, Maria Jucilene Lima; SOUSA, Antônia Euza Carneiro de; LIMA, José Romildo Pereira. Contribuições da Pedagogia da Alternância para a Formação de Técnicos Agropecuários: o caso da Escola Família Agrícola de Jaboticaba - Bahia. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e8573, 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e8573>

LEANDRO, José Antonio Ferreira.; MELO, Keylla Rejane Almeida.; MUNHAE, Catarina de Bortoli. Licenciatura em Educação do Campo: O Tempo Comunidade como Potencializador de uma Formação Docente Crítica e Transformadora. **Cadernos Cajuína**, v.5, n.3, p. 77- 88, 2020. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v5i3.412>

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. **Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa**. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. (org.) **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MELO, Renata José de; ADAMS, Fernanda Welter; NUNES, Simara Maria Tavares. Concepções da importância do Ensino de Ciências na educação básica por licenciandos de um curso de Educação do Campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e7240, 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7240>

MOLINA, Mônica Castagna.; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**, v. 24, n°. 85, p. 17-31, 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí (Coleção Educação em Ciências). 2016.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

PIATTI, Celia Beatriz; RODRIGUES DE OLIVEIRA, Jose Roberto. Formação de professores em tempos e espaços alternados: Tempos sincronizadores de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 4, p. e7315, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7315>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SANTOS, Silvanete Pereira dos. **A Concepção de Alternância na Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.